

Reestruturação Espacial, Cidades Médias e Desenvolvimento Local

Este artigo analisa a reestruturação espacial em curso no Estado do Rio de Janeiro, tomando por referência a condição de alguns municípios fluminenses de médio porte como atores de políticas públicas em contexto de descentralização do Estado. Tal descentralização, iniciada com a entrada em vigor da Constituição de 1988, manifesta-se através da transferência de responsabilidades de políticas e de maior autonomia municipal (política e financeira, além de legislativa e administrativa).

Essa mudança na forma de intervenção estatal teve paralelo com as novas abordagens sobre o desenvolvimento, em que emergia a tese segundo a qual este podia ser logrado de forma endógena, em contrapartida às teorias desenvolvimentistas que predominaram no período 1930-1980.

O desenvolvimento local está sendo interpretado da perspectiva da evolução positiva de indicadores de população e emprego nos municípios selecionados: Angra dos Reis, Cabo Frio, Duque de Caxias, Macaé, Nova Friburgo, Teresópolis e Volta Redonda. Tais municípios foram escolhidos por sua dupla condição: i) de cidades médias e ii) por suas distintas dinâmicas econômicas.

A escolha por trabalhar com cidades médias deve-se ao papel que essas localidades cumprem na rede urbana brasileira, articulando o território em torno de sua centralidade em relação aos municípios vizinhos e de menor porte demográfico.

A economia fluminense vem experimentando uma retomada em seu processo de desenvolvimento que, ademais, manifesta-se de forma menos polarizado espacialmente. Nesse contexto, suas cidades médias vem se tornando os instrumentos dessa redistribuição espacial da expansão econômica.

O estudo mostrou que as cidades médias selecionadas estão experimentando diferentes desempenhos demográficos e quanto à geração de empregos; a principal diferença refere-se ao impacto da economia do petróleo. Macaé é sem dúvida aquela que mais se destaca. Essa atividade vem também fortalecendo a economia de Duque de Caxias, onde estão localizados uma refinaria de petróleo e um pólo gás-químico. Cabo Frio também recebe impactos positivos da economia do petróleo, mas, nesse caso, apenas em função do recebimento da renda dos *royalties*, o que tem permitido à prefeitura financiar infra-estrutura urbanística que atende à demanda de uma população que cresce a taxas maiores do que a média estadual. Por

fim, também Angra dos Reis tem aproveitado as oportunidades derivadas do petróleo, com a retomada de sua indústria naval, viabilizada pelas encomendas da Petrobras.

Teresópolis e Nova Friburgo são cidades serranas já consolidadas, dependentes de indústrias tradicionais, apresentando indicadores que mostram pouca vitalidade em relação às cidades afetadas pela economia do petróleo. Cabe destacar, entretanto, que Nova Friburgo conseguiu atravessar o período de sua pior crise econômica em função de ter conseguido fazer emergir um pólo local de moda íntima após a crise que inviabilizou a presença de uma grande empresa estrangeira. Essa experiência de desenvolvimento endógeno, apesar de resultar em indicadores medíocres, tem se mostrado estável, de modo a que sua população não sente os efeitos negativos do acelerado crescimento demográfico que vem sendo experimentado pela população de Macaé.

Volta Redonda mostrou que vem sofrendo os impactos negativos do ajuste da Companhia Siderúrgica Nacional, a responsável pelo surgimento da cidade durante a década de 1940. A siderurgia representava, naquela época, a importância que tem hoje o petróleo. No entanto, no caso de Volta Redonda, o crescimento derivado dos empregos diretos e indiretos da empresa siderúrgica não logrou estabelecer vínculos com o tecido produtivo local de forma a garantir um *mix* mais variado de atividades que pudesse sustentar a economia local. Este é o perigo que correm Macaé e as demais cidades muito dependentes da economia do petróleo – ou da renda dos *royalties* petrolíferos.

Os casos analisados sugerem que o desenvolvimento das cidades é mais significativo quando envolve a presença de grandes empresas e/ou setores que experimentam maior importância na conjuntura econômica nacional ou mundial. Esse padrão, no entanto, não oferece garantias de que seja sustentável, como mostra o caso de Volta Redonda. Apostar em projetos de desenvolvimento endógeno pode ser uma alternativa, mas seu crescimento é mais limitado, não obstante criar vínculos mais fortes no tecido produtivo local. Em ambos os casos, todavia, cabe importante papel aos governos municipais, que devem explorar a maior autonomia conquistada com os processos de descentralização das políticas públicas para tornar mais densos os vínculos com as atividades econômicas ali existentes. Ademais, devem promover o desenvolvimento humano da população local mediante políticas de acesso à moradia e aos serviços de saúde e educação, e de mobilidade intra e interurbana. Para isso, é preciso melhorar o padrão de gestão municipal, inclusive na administração de sua política tributária.